



## Enfrentando a Crise Climática no Mato Grosso a Partir das Políticas Públicas de Agroecologia

*Facing the Climate Crisis in Mato Grosso Through Public Agroecology Policies*

SILVA, Maria Rita Schmitt<sup>1</sup>; LONGO, Gabriela Rodrigues<sup>2</sup>; CASTRILLON, Solange Kimie Ikeda<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade do Estado de Mato Grosso, maria.rita.silva@unemat.br, solangeikeda@unemat.br; <sup>2</sup>Instituto de Conservação de Animais Silvestres, gabriela.longo28@hotmail.com

**Resumo:** A pesquisa analisou como o *PLANAPO 2024-2027* e as propostas da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) - fruto da campanha "Políticas Públicas de Agroecologia na Boca do Povo" - abordam as mudanças climáticas. Foram identificadas sete categorias principais: Segurança Hídrica, Agroecologia como Mitigação e Adaptação, Crise como Contexto, Políticas Públicas, Construção do Conhecimento, Mercantilização da Natureza e Justiça Climática. A agroecologia é destacada como estratégia de adaptação e mitigação, especialmente na segurança hídrica e no fortalecimento da resiliência dos agroecossistemas. Como conclusão, observou-se que políticas públicas que promovam a agroecologia são essenciais para enfrentar os desafios climáticos e garantir a soberania alimentar no Estado do Mato Grosso.

**Palavras-chave:** mitigação; adaptação; justiça climática; PLANAPO; Articulação Nacional de Agroecologia.

**Abstract:** The research analyzed how the *PLANAPO 2024-2027* and the proposals from the National Articulation of Agroecology (ANA) – resulting from the "Public Policies of Agroecology at the People's Mouth" campaign – address climate change. Seven main categories were identified: Water Security, Agroecology as Mitigation and Adaptation, Crisis as Context, Public Policies, Knowledge Building, Commodification of Nature, and Climate Justice. Agroecology is highlighted as a strategy for adaptation and mitigation, especially in water security and strengthening agroecosystem resilience. In conclusion, it was observed that public policies promoting agroecology are essential to tackle climate challenges and ensure food sovereignty in the state of Mato Grosso.

**Keywords:** Mitigation; Adaptation; Climate Justice; PLANAPO; National Articulation of Agroecology.

### Introdução

De acordo com Sánchez (1992, p. 16), o Estado de Mato Grosso "constitui um exemplo brasileiro de ocupação desordenada e predatória de seus ecossistemas". Sánchez enumera três características que agravam o diagnóstico dos sistemas ecológicos do

1



Estado e que precisam ser consideradas no ordenamento da paisagem e dos sistemas produtivos: 1) os desequilíbrios socioambientais gerados pelo uso inadequado dos recursos naturais, que têm base na sobrecarga produtiva; 2) a simplificação extensiva do micro e macro ambiente florestal, resultando em perda da qualidade ambiental; e 3) os altos custos com a recuperação das áreas degradadas e a infraestrutura correspondente, além de maior dependência biológica e econômica, fatos que limitam possibilidades de desenvolvimento alternativo e implicam na redução da qualidade de vida. O ritmo e formato de ocupação do Estado do MT, impulsionado por políticas desenvolvimentistas baseadas em pacotes tecnológicos incoerentes com as características naturais do território, causam inúmeros problemas sociais e econômicos, transformando em desesperança e miséria as expectativas de recolonização das florestas mato-grossenses.

O Mato Grosso é o maior produtor de soja do mundo, possuindo também o maior rebanho bovino do Brasil (GOV, 2024), e ocupando o primeiro lugar no ranking dos maiores emissores de gases do efeito estufa do país (Seeg, 2023). Se faz necessário, portanto, o estabelecimento da correlação entre os fatores que desencadeiam as mudanças climáticas e as consequências das mesmas na própria cadeia produtiva, que é sustentada pelos bens naturais do território, diretamente ameaçado. No contexto atual, visualiza-se uma série de processos de retroalimentação negativos, como a desestruturação de elementos físicos básicos que viabilizam a produção de alimentos por conta da forma com que esses elementos foram super explorados para produção de commodities.

Como projeto de sociedade e fagulha de esperança, as iniciativas agroecológicas no Estado estão espalhadas por diversos segmentos, desde instituições acadêmicas, escolas do campo, sindicatos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, associações, ONG's, projetos, coletivos, entre outros. De acordo com o mapeamento realizado pelo "Agroecologia em Rede", Mato Grosso possui 71 iniciativas cadastradas nos três biomas que compõem o Estado - Amazônia, Cerrado e Pantanal (AeR). A presente pesquisa objetiva identificar, desta forma, de que maneira as Políticas Públicas de Agroecologia podem contribuir para a mitigação e adaptação do território mato-grossense no enfrentamento da crise climática. Por fim, apontamos a importância da Agroecologia para auxílio no contexto socioambiental do Estado do Mato Grosso, que, conforme abordado pelas questões supracitadas, caminha para afetar de maneira permanente todo um bioma, tornando-o inabitável para todas formas de vida.

## Metodologia

A metodologia utilizada na pesquisa possui caráter qualitativo e teve como base a análise de conteúdo, descrita e sistematizada por Laurence Bardin (2016). A análise de conteúdo pode ser aplicada em diferentes tipos de materiais, permitindo a

2



categorização progressiva do conteúdo dos textos de maneira que padrões sejam identificados e aglutinados em temas maiores, possibilitando a discussão dos resultados de forma homogênea e concisa. As três etapas da análise de conteúdo foram aplicadas, sendo elas: I) Pré Análise; II) Exploração do Material; e III) Tratamento dos resultados obtidos e Interpretação.

Foram escolhidos 4 documentos para análise, sendo estes:

1. Propostas para as Políticas Públicas Estaduais de Agroecologia (PEAPOs) - Mato Grosso (não publicado), produzido em 2023, autoria do Grupo de Intercâmbio em Agroecologia (GIAS) e Articulação Nacional de Agroecologia (ANA);
2. Documento Final de Propostas do PLANAPO - Mato Grosso (não publicado), produzido em 2023, autoria do GIAS e ANA;
3. Propostas da Articulação Nacional de Agroecologia para o PLANAPO 2024-2027, publicado em 2024, autoria da ANA;
4. Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO 2024 - 2027, publicado em 2024, autoria do Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.

Os dois primeiros documentos, não publicados, foram gerados no âmbito da campanha nacional "Políticas Públicas de Agroecologia na Boca do Povo", realizada pela ANA em todos os Estados brasileiros e no DF em 2023, e articulada no Estado do Mato Grosso pelo GIAS a partir de oficinas híbridas (online e presencial) durante o período de setembro até dezembro/2023. O terceiro documento é a sistematização realizada pela ANA da elaboração coletiva das propostas, apresentadas a partir da participação na Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - CNAPO (ANA, 2024). Já o quarto documento analisado é o próprio Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), instituído a partir da Portaria Interministerial MDA/SG-PR/MAPA/MDS/MMA/MS/MCTI Nº 7 e publicado no dia 17/10/2024.

Os documentos escolhidos para análise obedeceram às regras da exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência (Bardin, 2016). Após a organização e categorização semântica do material, a matriz contendo as unidades de contexto, registro e temas foi discutida no formato das categorias expostas a seguir.

## **Resultados e discussões**

Como resultado da análise de conteúdo, obtivemos uma matriz que evidencia de que maneira as mudanças climáticas foram diretamente abordadas nas metas, eixos, objetivos e iniciativas do PLANAPO 2024 - 2027 (BRASIL, 2024), bem como nos documentos relacionados à campanha de "Políticas Públicas de Agroecologia na Boca



do Povo” da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). A partir da organização das propostas, incorporadas ou não no PLANAPO, feitas a nível estadual ou nacional, foram identificadas 7 categorias principais que aglutinam abordagens específicas da relação entre políticas públicas de agroecologia e a crise climática.

As categorias obtidas a partir da Análise de Conteúdo foram nomeadas como: Segurança Hídrica; Agroecologia como Estratégia de Mitigação e Adaptação; Crise como Contexto; Políticas Públicas, Instituições e Parcerias; Construção do Conhecimento; Mercantilização da Natureza e Defesa dos Territórios; Justiça Climática. As propostas de qualificação do III PLANAPO e o documento final do Plano foram organizadas de acordo com os Eixos estruturantes do Plano, de forma a dar continuidade à metodologia proposta pela ANA (2023) para a condução das oficinas estaduais.

#### Segurança Hídrica

Como análise geral da estrutura e das mensagens passadas pelos documentos, pode-se observar que o tema de mudanças climáticas foi pontuado duas vezes no Documento de Propostas para PLANAPO - MATO GROSSO (2023), no momento de discussão sobre o Eixo I - Produção, referindo-se às boas práticas no uso e conservação da água para a produção e levando em consideração o contexto da urgência climática. A relação entre o aumento das incertezas em relação à quantidade e frequência da precipitação e a diminuição da produtividade das lavouras foi abordado por Nicholls (2015), e já faz parte da realidade do território, que sofre com a escassez hídrica (Castrillon *et al.*, 2017), ameaçando a permanência da população no campo pelo fato de inviabilizar a produção (tanto para venda quanto para autoconsumo) em grande parte do ano.

A questão da interferência da crise climática na disponibilidade de água foi abordada também no Documento de Propostas para o PLANAPO 2024-2027 - NACIONAL (2024), no Eixo 2 - Uso e Conservação dos Recursos Naturais, meta 12 (propiciar a segurança hídrica com base em princípios agroecológicos), principalmente no sentido do levantamento e compartilhamento de experiências de sucesso, relacionado ao uso e conservação da água em diferentes biomas. Um dos maiores exemplos de políticas públicas voltadas para segurança hídrica é o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas), criado no âmbito das estratégias de convivência com o semiárido e executado inicialmente pela sociedade civil (1990), a partir da Articulação Semiárido Brasileiro (CASTRO, 2021). A formulação de políticas públicas para o enfrentamento da crise climática, baseada em exemplos bem-sucedidos de outros territórios, representa uma oportunidade de aprendizagem com o acúmulo de experiências e uma economia de tempo no planejamento das ações locais.



Ainda em relação ao tema da água no contexto da crise climática, é importante pontuar que a Articulação Nacional de Agroecologia (2024) frisou, em seu documento de propostas, a centralidade do assunto nas discussões estaduais, o que culminou na proposta de criação de um novo eixo, intitulado “Justiça Socioambiental e Climática” ou “Água e Emergência Climática”. Apesar disso, o tema foi identificado no PLANAPO apenas no Eixo 3, agora chamado de “Construção do Conhecimento e Comunicação”, no Objetivo Específico 3.3, com a iniciativa 3.3.5, que discorre sobre a necessidade de identificação de pesquisas de inovação e extensão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a fim de fomentar ações de combate à desertificação e savanização, mitigação dos efeitos socioambientais da seca etc.

#### Construção do Conhecimento Agroecológico

A Construção do Conhecimento Agroecológico (CCA) em relação às mudanças climáticas foi amplamente apontada nas propostas realizadas pela ANA (2024), com base nas experiências estaduais. O tema foi identificado no Eixo I (Produção), com a sugestão de novas iniciativas sobre a condução de pesquisas sobre os impactos das mudanças climáticas nos quintais produtivos das mulheres, incorporando, portanto, as interseccionalidades de gênero e raça, ao considerarem especialmente relevantes os impactos que atingem as comunidades tradicionais negras, quilombolas e indígenas. No Eixo 2, a construção do conhecimento agroecológico esteve relacionada ao tema da segurança hídrica, abordado anteriormente. No Eixo 3 (Conhecimento), foi sugerida a inclusão do enfoque agroecológico, sistemas orgânicos e justiça climática na Meta 17, que visa promover a educação profissional técnica de nível médio. O tema da CCA foi incluído também na proposta do novo eixo de Justiça Socioambiental e Climática, novamente relacionado a I) realização de estudos, pesquisas e mapeamentos de experiências de ações e práticas de mitigação e adaptação climática, com foco em Sistemas Agrícolas Tradicionais (SATs), agroflorestação ecológica, manejo e conservação de sementes, plantas medicinais, entre outros; e II) dos impactos causados pelas mudanças climáticas nos diferentes biomas, possibilitando a formulação de estratégias de apoio às populações.

Ao analisarmos o PLANAPO (BRASIL, 2024), observa-se que a maioria das menções às mudanças climáticas estão contidas no Eixo 3 (Construção do Conhecimento e Comunicação), no Objetivo 3.3, em iniciativas que visam a identificação de pesquisas de inovação e extensão em diferentes biomas, relacionadas ao uso e conservação das águas nas paisagens (Iniciativa 3.3.5, abordada anteriormente) e sobre recuperação/restauração da vegetação nativa e de paisagens produtivas (Iniciativa 3.3.6), como forma de combater a desertificação e estimular a mitigação aos efeitos da seca. De acordo com Altieri *et al.* (2015), a metodologia “Camponês a Camponês” pode auxiliar no escalonamento e disseminação das práticas agroecológicas para o aumento da resiliência dos agroecossistemas, e a efetividade de difusão das tecnologias sociais determinará quão bem e quão rapidamente os agricultores se



adaptaram às mudanças climáticas. Ainda no Objetivo 3.3 do PLANAPO 2024-2027, destaca-se a iniciativa 3.3.12, que visa “Elaborar o Programa de Formação em Transição Agroecológica e Enfrentamento das Mudanças Climáticas para agentes de assistência técnica e extensão rural”. Apesar de não se referirem diretamente às mudanças climáticas, a formação de agentes de ATER Agroecológico foi pontuada como prioridade nas discussões no Estado do Mato Grosso. As chamadas públicas efetuadas pelos governos devem, portanto, considerar a necessidade de olhares mais sistêmicos para a identificação de oportunidades em realidade complexas, considerando o território como ponto de partida. O reconhecimento do protagonismo dos povos e comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas na produção e reprodução dos saberes, expressados no fato de que os Sistemas Agrícolas Tradicionais são considerados os mais resilientes (Nicholls *et al.*, 2015), é de suma importância pois contrapõe o modelo de assistência técnica baseado na implantação do pacote tecnológico vinculado à Revolução Verde (Scarabeli, 2021), apoiado no uso de fertilizantes nitrogenados e agrotóxicos, produtos que aumentam a emissão de gases do efeito estufa e degradam a biodiversidade.

#### Justiça Climática

Apesar de sua importância, o tema da Justiça Climática aparece de forma explícita apenas nas Propostas para o PLANAPO 2024-2027 (ANA, 2024), com a sugestão de criação do Eixo Justiça Socioambiental e Climática, abordado anteriormente. Nesse novo eixo, o tema da Justiça Climática/Socioambiental está vinculado ao de Defesa dos Territórios, no sentido de assegurar a proteção das comunidades e dos bens naturais em frente ao assédio e apropriação por parte de grandes empreendimentos, com ênfase àqueles ligados ao setor energético. Uma das iniciativas propostas no “novo” eixo diz respeito à criação de um Fórum Nacional Permanente de Enfrentamento às Mudanças Climáticas e Combate ao Racismo Ambiental. A partir desta iniciativa, entende-se que a dimensão da Justiça Climática permeia todas as metas, objetivos e iniciativas ligados às mudanças climáticas, por considerar a vulnerabilidade dos grupos menos favorecidos, mesmo que estes sejam os que menos contribuem para a crise ambiental vigente. Os termos de Justiça Ambiental, Climática e Racismo Ambiental se relacionam, de acordo com as organizações Gênero e Clima e Observatório do Clima (2022), à soma dos eixos de opressão, evidenciados pela interseccionalidade, quando os custos do desenvolvimento de alguns países são direcionados principalmente para populações socialmente marginalizadas.

Os efeitos da crise climática para as agricultoras e agricultores mato-grossenses, assim como para as comunidades quilombolas, ribeirinhas e povos indígenas, podem ser dramáticos pelo fato de que possuem um estilo de vida diretamente ligado ao equilíbrio e disponibilidade de bens naturais, uma vez que praticam agricultura de subsistência, extrativismo, pesca etc. (Altieri, 2013). Neste sentido, compilado em

6



Sugestões de Novas Estratégias para incorporação no Eixo 1 - Produção, observa-se a necessidade de criação de um Seguro Climático para Povos Indígenas, Quilombolas, PCTs (Povos e Comunidades Tradicionais), agricultoras/es familiares, agroecológicas/os e orgânicas/os, visando garantir direitos em casos de variações climáticas extremas. Ao incorporar em suas propostas a necessidade de atenção especial aos impactos da crise climática nos quintais produtivos das mulheres, levando em consideração o envelhecimento nas comunidades tradicionais negras, quilombolas e indígenas (Eixo 1, Meta 5), a ANA reforça a necessidade de que a existência de interseccionalidades seja o ponto de partida na elaboração de políticas públicas que dialoguem com a realidade dos territórios, priorizando ações que reduzem as injustiças socioambientais e resguardem os modos de vida das populações tradicionais.

#### Mercantilização da Natureza, Transição Energética e Defesa dos Territórios

Os temas de mercantilização da natureza, transição energética e defesa dos territórios puderam ser identificados durante a análise do novo eixo proposto pela ANA (2024), intitulado de Justiça Socioambiental e Climática. Foram apontadas propostas de inclusão de iniciativas que possam ampliar o debate e resguardar os territórios da exploração por parte de grandes empreendimentos, principalmente aqueles relacionados à geração de energia, como parques eólicos e usinas solares. A apropriação de terra e outros bens comuns - inerentes à manutenção dos modos de vida dos povos indígenas e comunidades tradicionais - para geração de riqueza para grandes corporações vem tomando cada vez mais relevância, tornando a “transição energética justa” e a “descarbonização” os principais assuntos debatidos na COP (Conferência das Partes), por conta do comprometimento dos países com a diminuição das emissões de gases do efeito estufa (UNICEF, 2024). De acordo com o relatório do IPCC (2022), a limitação do aquecimento global requer emissões líquidas zero de CO<sub>2</sub>, o que determina a necessidade de profunda mudança no setor energético, o qual representa 79% das emissões globais (WRI, 2023). Apesar de urgentes, os ajustes chegam no mote da “economia verde”, e fazem parte da narrativa do modelo de desenvolvimento neoliberal, na qual a natureza e seus serviços ecossistêmicos são contabilizados e usados para a compensação ambiental, mecanismos de mercado financeiro e maquiagem verde empresarial, promovendo a continuidade do avanço de projetos destrutivos dos territórios (Amigos de La Tierra Internacional, 2021). No documento de propostas da ANA (2024), a necessidade de estudos de zoneamento ecológico-econômico para implantação de empreendimentos anda acompanhada com a obrigatoriedade do estabelecimento de um protocolo de consulta livre às comunidades que habitam aquele território e a menor flexibilização da legislação referente ao licenciamento ambiental.

No caso do Mato Grosso, a degradação do meio ambiente em nome da descarbonização do setor energético é latente, sendo expressa pela instalação de



Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) ao longo dos principais rios formadores do Pantanal: são mais de 100 empreendimentos posicionados na bacia do alto rio Paraguai, afetando a dinâmica dos pulsos de inundação e o fluxo natural de sedimentos e nutrientes (Calheiros, Castrillon & Bampi, 2018). As PCHs provocam um grande impacto ambiental, contudo, funcionam como verdadeiro negócios de alta rentabilidade. Outra grande ameaça para a biodiversidade do Mato Grosso é o projeto da Hidrovia Paraná-Paraguai, que visa o transporte de grãos e minérios produzidos no Brasil até os portos do rio da Prata o que resultaria em uma grave degradação da notável diversidade biológica e cultural do Pantanal, somando-se aos impactos da crise climática e acelerando mais a diminuição das áreas alagadas (Wantzen *et al.*, 2024). Enquanto grandes empreendimentos não são responsabilizados pelos impactos na natureza, as comunidades tradicionais têm sua segurança e soberania alimentar ameaçadas, como é o caso da Lei do Transporte Zero, que proíbe a pesca das espécies de maior valor comercial durante 5 anos, tempo que os 15 mil pescadores artesanais do Estado teriam para se realocar em outras atividades (Bourscheit, 2024). No PLANAPO 2024 - 2027 não foram encontradas menções à crise climática que estivessem relacionadas com os temas de defesa do território, transição energética justa, soberania energética e mercantilização da natureza.

#### Políticas Públicas, Instituições e Parcerias

O aparecimento do tema das políticas públicas veio acompanhado da necessidade do estabelecimento de parcerias com outros órgãos e instituições (governamentais ou não) como forma de tornar possível a implementação de ações voltadas para a agroecologia e produção orgânica, uma vez que estas são consideradas questões transdisciplinares e que podem ser identificadas em outros setores públicos, como os de saúde, infraestrutura, cultura e educação. No documento de propostas do Mato Grosso para o PLANAPO (ANA, 2023), diversas secretarias municipais foram apontadas como possíveis parceiras, fazendo com que ações pontuais, conduzidas localmente e que conversem com outros temas devam ser estimuladas, possibilitando também a maior participação dos movimentos de base e de articulações regionais no direcionamento das demandas. No documento de Propostas da ANA (2024), a questão da intersectorialidade aparece na seção de comentários gerais referentes ao Eixo 3 (Conhecimento), na qual discorre sobre a necessidade de instituições responsáveis e parceiras, como MEC, MCTI, MMA, MIR, MPI, serem consideradas em iniciativas, além da Embrapa. Neste sentido, reivindica-se a importância de que as ações sejam construídas de forma intersectorial e interministerial.

Já em relação à construção de políticas públicas voltadas para o enfrentamento da crise climática, o documento reitera a sugestão da criação de um novo eixo específico. Como observado anteriormente, o PLANAPO 2024-2027 não acolheu a recomendação e também não faz menção direta ao estabelecimento de parcerias com outros ministérios. Apesar dos avanços do Brasil na construção de políticas públicas



voltadas para a agroecologia e na capacidade de articulação de diferentes atores e instrumentos de políticas públicas, aquelas que consubstanciem mudanças estruturais passam a ser objeto de esvaziamento (NETO, 2022), principalmente quando tratamos de Estados que possuem uma agenda de governo voltada para os interesses do agronegócio, como é o caso do Mato Grosso.

#### Crise como Contexto e Agroecologia como estratégia de Mitigação e Adaptação

A crise climática como contexto permeou as discussões iniciais em todos os documentos analisados. Porém, seu papel central não foi apontado nos eixos, metas e objetivos do PLANAPO 2024-2027 (MDA, 2024) e nem nas propostas mato-grossenses para o PLANAPO. Na discussão sobre a qualificação das Políticas Estaduais de Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPOS) no Mato Grosso, foi indicada dentro do Eixo 1 - Produção, referindo-se a sugestão de nova iniciativa visando “organizar e promover campanha sobre uso e conservação de águas para a produção agroecológica e orgânica levando em consideração as urgências climáticas” (ANA, 2023, s/p). Já dentro do documento de propostas da ANA (2024), a crise como contexto foi identificada no âmbito das Propostas de Complementação às Estratégias no Eixo 2, na qual indica a necessidade de garantir capacitações considerando as mudanças climáticas, conectando-se, portanto, com o tema de Construção do Conhecimento Agroecológico. Além disso, o tema da emergência climática também aparece como questão transversal, acompanhado da problemática da deriva de agrotóxicos e dos transgênicos. Dada a urgência do tema e a necessidade de adaptação dos agroecossistemas para enfrentamento das consequências da crise climática, ações mais diretas em relação ao estabelecimento de diagnósticos sobre como as mudanças climáticas afetarão os diferentes territórios são de suma importância.

Ainda no âmbito da produção agroecológica e do bem viver dos povos do campo, das florestas e das águas, devemos considerar as projeções climáticas para a definição de metas e políticas públicas adequadas para diferentes realidades, valorizando a história e a sabedoria ancestral para identificação de fatores que possam aumentar o nível de resiliência socioecológica daquele local, bem como sua capacidade de mitigação e adaptação. Em relação ao Estado do Mato Grosso, os impactos da crise já são observados a partir da perda de água de superfície (MAPBIOMAS, 2024), aumento da temperatura e diminuição da precipitação, realidade que culmina no recorde de incêndios florestais (ICV, 2024) e na perda de safras. Esses fatores devem, por conseguinte, ser considerados como contexto básico no momento de tomadas de decisão, principalmente em relação àquelas que afetam os setores mais vulneráveis da sociedade.

Apesar do diagnóstico desfavorável, a mitigação e a adaptação do território a partir da Agroecologia foi citada em todos os documentos analisados, apontando alguns



caminhos pelos quais o futuro poderá se tornar agroecológico. No documento de propostas para qualificação das PEAPOs no Mato Grosso (2023), no Eixo 2, o fomento da agroecologia como ferramenta chave de mitigação e adaptação às mudanças climáticas foi pontuado como prioridade, incluindo o envolvimento com outras secretarias (SEMA, SEAF, SECEL). No documento de propostas da ANA (2024), o tema foi abordado no Eixo 2, no Eixo 3, e no eixo proposto de Justiça Socioambiental e Climática. Por fim, no documento final do PLANAPO 2024-2027 (BRASIL, 2024) o tema foi identificado também nos Eixos 2 (Uso e Conservação da Agrobiodiversidade e da Natureza) e 3 (Construção do Conhecimento e Comunicação), com ênfase na iniciativa 2.3.1, que prevê a publicação do marco de ação de alimentação e mudanças climáticas, valorizando a produção e consumo de alimentos orgânicos e agroecológicos como solução. A partir da análise, foi possível observar que a agroecologia deve ser valorizada tanto pelo seu potencial de mitigação da crise climática - uma vez que soluciona boa parte da problemática da emissão de gases do efeito estufa atribuídos aos sistemas produtivos, atrelada à outros movimentos básicos de garantia de direitos e reordenamento territorial, como a reforma agrária - quanto pela sua capacidade de auxiliar na adaptação e no aumento da resiliência dos agroecossistemas frente aos impactos, principalmente por conta do maior nível de biodiversidade nas paisagens produtivas e pelo acúmulo de saberes ancestrais passados de geração a geração (Nicholls *et al.*, 2015).

### Conclusões

- O documento de propostas da Articulação Nacional de Agroecologia (2024) para a construção do PLANAPO 2024-2027 abarcou a totalidade das discussões relacionadas à crise climática, realizadas no Estado de Mato Grosso durante a Campanha “Políticas Públicas na Boca do Povo”.
- É necessário observar atentamente de que forma a agroecologia é abordada nos Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas, principalmente os relacionados à agricultura, como o Plano ABC, em busca de sinergias que fortaleçam a pauta.
- As políticas públicas de Agroecologia e Produção Orgânica representam uma oportunidade valiosa de remodelagem dos sistemas produtivos, de forma a aumentar a resiliência socioecológica e garantir a segurança e soberania alimentar no enfrentamento da crise climática.
- O eixo de Justiça Socioambiental e Emergência Climática proposto pela ANA poderia ter sido incorporado no PLANAPO 2024-2027, pois traz valiosas contribuições para questões relativas aos efeitos da crise climática nas comunidades.
- Apesar de muitos objetivos e diretrizes do PLANAPO não abordarem a crise climática de forma direta, ações que visam o fortalecimento da agroecologia são consideradas benéficas para o enfrentamento da crise climática.



- Apontamos a imprescindibilidade de políticas de agroecologia, tanto voltadas ao incentivo de práticas quanto de compartilhamento de informações sobre a temática, que levem à uma coexistência cada vez mais equilibrada com o meio ambiente e a práticas econômicas que sejam socialmente justas.

## Referências

AGROECOLOGIA EM REDE (AeR). Disponível em: <<https://tinyurl.com/tfrs52pc>>. Acesso em 02 mar. 2024.

ALVARENGA, R. K. Justiça climática à luz do gênero. **Gênero e Clima e Observatório do Clima**. 2022. Disponível em: <<https://tinyurl.com/2hsmbams>>. Acesso em: 03 nov. 2023.

ALTIERI, M. A. e colab. Agroecology and the design of climate change-resilient farming systems. **Agron. Sustain. Dev.** p. 869–890, 2015.

ALTIERI, M. A., & Nicholls, C. I. Agroecología y resiliencia al cambio climático: Principios y consideraciones metodológicas. **Agroecología**, v. 8, n. 1, p. 7–20, 2013.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA (ANA). **Propostas da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) para o PLANAPO 2024-2027**. 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/ysfmjeb3>>. Acessado em abril de 2024.

AMIGOS DE LA TIERRA INTERNACIONAL. Soluciones Basadas en la Naturaleza. Un lobo con piel de cordero. **Documento de posicionamento**. 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/4av2w4pk>. Acessado em 03 nov. 2024.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo, SP: Edições 70, 2016.

BOURSHEIT, A. **Notícia**: STF Adia julgamento final sobre cota zero da pesca em Mato Grosso. 2024. Disponível em: <https://tinyurl.com/5n6xwkb5>. Acesso em: 11 nov. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Gabinete do Ministro. Portaria Interministerial MDA/SG-PR/MAPA/MDS/MMA/MS/MCTI Nº 7, de 02 de setembro de 2024. Institui o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - Planapo, para o período 2024-2027. **Diário Oficial da União**: seção 1, [Brasília], n. 202, p. 22, 17 out. 2024.

CALHEIROS, D. F.; CASTRILON S. K. I.; BAMPI, A. C. Hidrelétricas nos rios formadores do pantanal: ameaças à conservação e às relações socioambientais e

**Comentado [GL1]**: Padronizar as referências - abreviar os nomes de forma igual em todas as referências (tem algumas com o nome em extenso, como nesta, e tem algumas que tá abreviado, como a de cima)



econômicas pantaneiras tradicionais. **Revista IberoAmericana de Ciências Ambientais**, v.9, n.1, p.119-139, 2018.

CASTRO, C. N. de. **Avaliação do Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas), à luz dos objetivos de desenvolvimento sustentável**. Brasília: Ipea, 2021.

CASTRILLON, S. I., MORAIS, F. F. D., APARECIDA, A., TAVARES, E., & LOPES, M. (n.d.) **Escassez Hídrica e Restauração Ecológica no Pantanal**. 2017. Disponível em: <shorturl.at/zlVW7>. Acesso em mar. 2024.

INSTITUTO CENTRO DE VIDA (ICV). **CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA ATINGIDA PELO FOGO EM MATO GROSSO ATÉ 15 DE SETEMBRO DE 2024**. Não publicado.

MAPBIOMAS, 2024. **Projeto MapBiomas - Mapeamento Anual de Cobertura e Uso da Terra no Brasil** - Coleção 9. Disponível em: <https://tinyurl.com/mph4ear3>. Acesso em 07 nov. 2024

NICHOLLS, C. I.; ALTIERI, M. A.; SALAZAR, A. H.; LANA, M. A. Agroecologia e o desenho de sistemas agrícolas resilientes às mudanças climáticas. **Agriculturas, Cadernos para Debate**, Rio de Janeiro: AS-PTA, v. 2, 2015.

NETO, J. M. R. Tão perto e tão longe: trajetória da agroecologia na agenda brasileira de políticas públicas. **ENSAIO, Saúde debate**, v. 46 (spe2), 2022.

SÁNCHEZ, R. O. **Zoneamento Agroecológico do Estado de Mato Grosso**. Ordenamento Ecológico - Paisagístico do Meio Natural e Rural. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. 150 pag. 1992.

SEEG. Sistema de Estimativa de Emissões de Emissões e Remoções de Gases do Efeito Estufa. Análise das emissões de gases de efeito estufa e suas implicações para as metas climáticas do Brasil. **Observatório do Clima**. Disponível em: <https://tinyurl.com/bdhxzk7m>. Acesso em 03 nov. 2024.

UNICEF, 2024. COP 28 e transição energética justa. **Vlog Voluntariado Digital**. Disponível em: <https://tinyurl.com/2k58xw7y>. Acessado em 03 nov. 2024.

WRI Brasil. A trajetória dos 10 maiores emissores de carbono desde o Acordo de Paris em gráficos interativos. Artigo, **Programa de Clima**. 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/yjbj36my>. Acessado em: 13 ago. 2024.



WANTZEN, K. M. *et al.* The end of an entire biome? World's largest wetland, the Pantanal, is menaced by the Hidrovia project which is uncertain to sustainably support large-scale navigation. **Science of The Total Environment**, v. 908, p. 167751, 2024.